

JE

Jornal dos Economistas

Nº 311 Junho de 2015

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Emprego em tempos de crise

Adhemar Mineiro,
João Saboia, Flávia
Vinhaes Santos,
Graça Druck, Mauro
Osorio, Henrique Rabelo
e Maria Helena Versiani
discutem emprego,
mercado de trabalho
e terceirização,
no Brasil e no Rio.



Fórum Popular do Orçamento

Quem paga a dívida pública municipal?

Emprego em tempos de crise

A preocupante elevação da taxa de desemprego em 2015, depois de uma década de recuos, somada à queda na renda, à supressão de alguns direitos dos trabalhadores e às ações pela regulamentação da terceirização das atividades-fim levaram o Conselho Editorial do JE a escolher o tema do emprego para a edição atual.

Adhemar Mineiro, do Dieese, destaca no seu artigo que, assim como as taxas de crescimento verificadas entre 2004 e 2011 explicam a expressiva redução das taxas de desemprego no período, a estagnação do ano passado e a redução do PIB prevista para esse ano vão explicar o aumento das taxas de desemprego, fenômeno que já vem se verificando nos últimos meses.

João Saboia, do IE/UFRJ, afirma em entrevista que o anúncio do ajuste fiscal foi a pá de cal para as condições até então relativamente favoráveis no mercado de trabalho. O especialista não concorda, no entanto, que haja um quadro de deterioração do trabalho no Brasil. Ele cita os avanços enormes na última década e prevê que a atual deterioração do mercado de trabalho será revertida nos próximos dois anos.

Flávia Vinhaes Santos, do IBGE, esmiúça por meio da análise de pesquisas o processo de queda da taxa de desocupação e o aumento do rendimento real do trabalho de 2004 a 2013, mas alerta que a ocupação apresentou perda de vigor a partir do final de 2013.

A especialista em terceirização Graça Druck, da UFBA, afirma que o PL 4330, a decisão do STF de liberar a terceirização das atividades-fim no serviço público e as medidas de arrocho fiscal representam uma violenta ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora.

Mauro Osorio, Henrique Rabelo e Maria Helena Versiani, do Observatório de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro, relatam em artigo conjunto que, com a crise da Petrobras, o emprego no Rio caiu acima da média nacional.

Fora do bloco temático, artigo do FPO resume o importante debate de maio na sede do Corecon-RJ sobre a Lei 148/2014, que impacta as dívidas de municípios e estados com a União.

Sumário

Emprego	3
<i>Adhemar S. Mineiro</i>	
Desemprego, política econômica e ofensiva patronal: qual a surpresa?	
Entrevista: João Saboia.....	5
“Não concordo que estamos num quadro de deterioração do trabalho. Os avanços foram enormes na última década. A atual deterioração do mercado de trabalho é conjuntural e será revertida nos próximos dois anos.”	
Emprego	7
<i>Flávia Vinhaes Santos</i>	
Pleno emprego no Brasil: resultado de uma década de crescimento econômico e expansão das políticas sociais	
Emprego	9
<i>Graça Druck</i>	
Terceirização e ajuste fiscal: uma dupla ofensiva contra os direitos do trabalho	
Emprego	11
<i>Mauro Osorio, Henrique Rabelo e Maria Helena Versiani</i>	
Emprego no Estado do Rio de Janeiro e em sua metrópole	
Fórum Popular do Orçamento	13
Quem paga a dívida pública municipal?	
Inscrições para IV Gincana Estadual de Economia.....	16
estão abertas até 5 de agosto	
Agenda de cursos	
Importância do setor de fiscalização do Corecon-RJ	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Alledo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo – 3º TERÇO: (2013-2015) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flávia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º TERÇO: (2013-2015) Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

Desemprego, política econômica e ofensiva patronal: qual a surpresa?

Adhemar S. Mineiro*

Alguns grandes jornais brasileiros divulgaram nos últimos dois meses a elevação das taxas de desemprego, medidas pela metodologia do IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego – PME) ou do Dieese (Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED). O mesmo poderia ser constatado observando os números do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O tom das matérias era quase de susto, como se estivéssemos nos deparando com algo absolutamente surpreendente. Entretanto, a pergunta que poderia ser feita vai quase que diametralmente em sentido inverso – por que só estaria acontecendo agora?

De fato, logo após as eleições, que parecem ter resolvido o processo eleitoral, mas não a disputa política em curso no país, que continua na pauta do período posterior a outubro do ano passado até aqui, começou a se desenhar uma estratégia de ajuste do ponto de vista

da política econômica, estruturada a partir da combinação de uma elevação forte das taxas de juros e contração dos gastos públicos. Arrocho monetário e fiscal, pouco ou nenhum incentivo ao investimento e ao consumo, somados a um cenário internacional pouco animador, jogaram ainda mais para baixo as estimativas sobre o desempenho da economia brasileira no ano de 2015, sendo que os números para 2014 divulgados já haviam sido pouco animadores (crescimento do PIB de 0,1% e um recuo de 0,7% do PIB *per capita*), e já se aproximavam dos números de 2009, que refletiam os impactos da crise econômica internacional, motivada pela desregulamentação financeira global, no Brasil (recuos de 0,2% para o PIB e 1,3% para o PIB *per capita*). Ou seja, a política contracionista não foi aplicada a um cenário de aquecimento econômico:

longe disso, a situação já era de um processo de freio na economia.

Com base nesta decisão de contração monetária, a taxa Selic (taxa básica de juros), indicativa para a remuneração dos títulos públicos, passou de 11% ao ano no momento do segundo turno das eleições presidenciais para 13,75% em junho de 2015, aumento progressivo em seis reuniões consecutivas do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central – e esse é o principal gasto público autônomo. Não é à toa que o volume de títulos públicos federais emitidos passa de R\$ 3,05 trilhões em outubro de 2014 a R\$ 3,44 trilhões em março de 2015 ou, se retirarmos da conta os títulos na carteira do Banco Central, de R\$ 2,05 trilhões a R\$ 2,32 trilhões no mesmo período. Se projetarmos essa tendência, associada a uma projeção de regressão do PIB de 1% (várias previsões apontam para uma queda do PIB ainda superior a essa), chegaremos provavelmente a um aumento da relação dívida/PIB por conta da política contracionista, tanto uti-



lizando o conceito de dívida pública bruta, quanto utilizando o conceito de dívida pública líquida, o que aparentemente é exatamente o oposto do objetivo anunciado dos gestores de política econômica para o ano de 2015.

Por outro lado, os ajustes anunciados sobre a situação fiscal começaram antes do início do novo mandato presidencial, ainda tendo no Ministério da Fazenda o Ministro Mantega. Aumento da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, uma taxa sobre combustíveis) e recomposição do IPI foram anunciados já em dezembro de 2014, assim como mudanças no abono salarial e no seguro-desemprego, com as quais se previa uma economia de R\$ 45 bilhões. Na entrada da nova equipe, foi anunciada a revisão completa da política de desoneração tributária e o contingenciamento de despesas. Agora em abril, mais um conjunto de cortes atingindo pouco menos de R\$ 70 bilhões. Gas-



to social (como saúde e educação) e investimentos públicos (como o programa de habitação do governo federal) entre os mais atingidos. Tudo contribuindo para desacelerar a economia.

E, como a realidade da primeira década desse novo século mais uma vez nos confirmou empiricamente, independente do debate que se possa fazer, o principal e fundamental determinante do emprego na economia é o nível de atividade. Ou seja, é economia voltando a crescer que reduz o desemprego, e economia estagnada ou declinando que conduz à perda de empregos. Então, assim como as taxas de crescimento verificadas entre 2004 e 2011 (com a exceção do impacto da crise internacional, já citada, para 2009) explicam a expressiva redução das taxas de desemprego verificada no período, em relação ao período anterior, onde o crescimento econômico patinava e a estagnação era a regra, a estagnação do ano passado e a redução do PIB prevista para esse ano vão explicar o aumento das taxas de desemprego, fenômeno que já vem se verificando nos últimos meses (gráfico 1).

Além das pesquisas de emprego, o CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, relaciona o saldo da geração de pouco mais de 105 mil empregos formais em abril de 2014 aos pouco mais de 106 mil empregos formais em abril de 2009, outro período relacionado com a crise internacional. Porém, esses números são absolutamente otimistas, comparados com os registrados em abril de 2015 – um saldo de perda de cerca de 98 mil postos de trabalho formais na economia. Os números apontam para um futuro preocupante, especialmente se confirmadas as perspectivas de um agrava-

mento da crise econômica até o final do ano, ou além.

Ou seja, cada vez mais os brasileiros se depararão com uma situação que há mais de uma década tinha ficado no retrovisor, e que talvez toda uma nova geração que ingressou no mercado de trabalho a partir do início da primeira década deste século desconhece: uma situação de dificuldade de encontrar emprego e de melhorar o rendimento. Como sabemos de experiências anteriores de crise no mercado de trabalho, este problema acaba afetando mais os mais jovens, as mulheres, os negros, os trabalhadores com menos escolaridade e menor formação profissional. E se agrava com a queda dos rendimentos, que também já vem sendo registrada (gráfico 2).

Em tal quadro geral, de crise econômica e conseqüente crise no mercado de trabalho, não se poderia esperar do setor patronal outra reação que não fosse tentar aproveitar a crise para propor suas conhecidas medidas de redução dos custos do trabalho. Afinal, foi assim na crise dos anos 1990 até os primeiros anos do novo século, quando, no meio do processo de reestruturação produtiva e em um quadro de desemprego alto, apresentaram e, conseguidas algumas concessões dos governos de plantão, implementaram suas medidas de flexibilização do mercado de trabalho e mecanismos de remuneração variável. Em 2003, ainda no bojo da crise iniciada em 2002, voltam a apresentar novas medidas visando reformar a CLT, no sentido de poder flexibilizar os direitos ali garantidos aos trabalhadores, proposta que acaba esbarrando na imbricação da discussão entre reforma sindical e reforma trabalhista naquele momento. Em fins de 2008 e 2009 as propostas de flexibilização vol-

Gráfico 1: PME-IBGE (Março/2014 a Abril/2015)

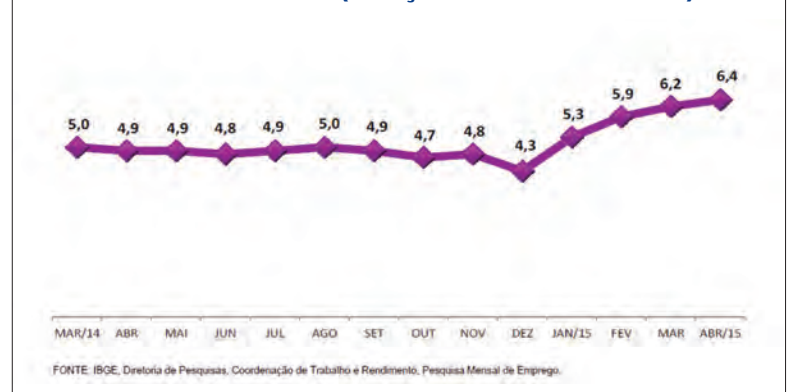
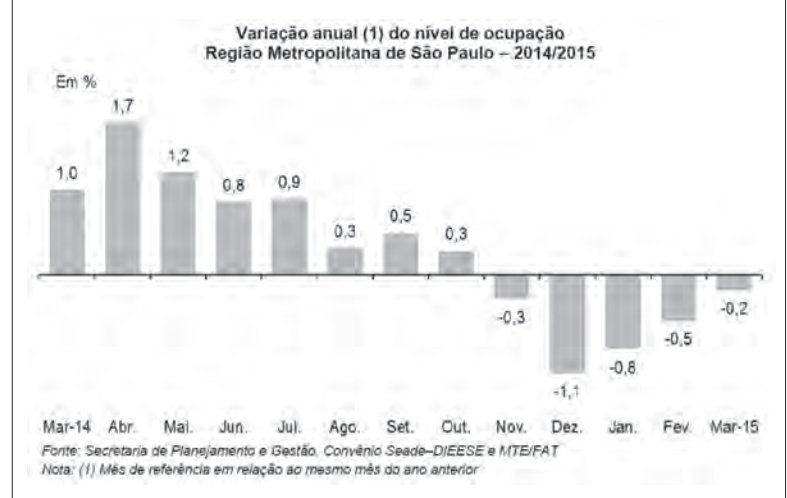


Gráfico 2: PED - RMSP



tam a ser apresentadas, e são agora recusadas pelo governo da época, que faz a opção de responder à crise internacional e seus efeitos no Brasil pela via do crescimento, via oposta à sinalizada pelo setor patronal. Agora novamente vêm as propostas de flexibilização das regras trabalhistas e redução de custos do trabalho, encabeçadas por mudanças legais, como no sentido mais geral do projeto de lei da terceirização (PL 4330).

Tal qual a situação de disputa política, o aprofundamento da crise econômica e o conseqüente aumento das taxas de desemprego não são uma situação dada. Esse quadro dependerá da viabilidade política da continuidade dessa orientação

econômica de opção pela marcha a ré, com tudo o que ela significa. Para uma nova geração de trabalhadores, que ingressou no mercado de trabalho nos últimos anos, talvez pareça que o mundo tenha caído com essa nova situação. Aos que já passaram por essa situação de mercado de trabalho antes, talvez valha dialogar com essa percepção dos mais jovens sobre o mercado de trabalho com o fim daquela velha e bela canção de Maysa: “Se meu mundo caiu, eu que aprenda a levantar”, e sinalizar que a solução passa, mais uma vez e sempre, pela mudança mais geral da orientação da política econômica.

* É economista e técnico do Dieese-RJ.

“Não concordo que estamos num quadro de deterioração do trabalho. Os avanços foram enormes na última década. A atual deterioração do mercado de trabalho é conjuntural e será revertida nos próximos dois anos.”

Doutor pela Universidade da Califórnia (Berkeley), João Saboia fez pós-doc na Universidade de Paris VII e foi diretor-geral do IE/UFRJ no período de 2003 a 2011. Ele realiza pesquisas aprofundadas na área de mercado de trabalho e prestou consultoria para instituições como o Ministério do Trabalho e Emprego e a OIT.

P: Quais são os principais fatores responsáveis pelo aumento da taxa de desemprego em 2015?

R: A taxa de desemprego no país vinha caindo desde 2004 até o ano passado. Apesar da desaceleração da economia nos últimos anos, ela continuou caindo, atingindo as mínimas históricas em 2014, abaixo de 5%, segundo a PME. Tal fato ocorreu principalmente pela forte absorção de mão de obra pelo setor terciário (comércio e serviços), que é conhecido pelos baixos salários e produtividade. A indústria já vinha mostrando dificuldades há algum tempo e no ano passado começou a demitir. **O anúncio do ajuste fiscal no começo do ano criou expectativas muito desfavoráveis para a economia. Além disso, a inflação aumentou bastante e consequentemente a renda da população começou a cair. Nessa nova conjuntura não se poderia esperar outra reação do mercado que não fosse a redução de novas contratações e o aumento da dispensa de trabalhadores, com o consequente aumento da taxa de desemprego.**

P: Se o governo Dilma não tivesse optado pelo ajuste do Levy, combinado com elevações sucessivas da Selic, seria possível evitar a elevação do desemprego?

R: O governo joga a Selic no espaço e depois diz que precisa fazer um ajuste que terá sérios reflexos sobre a economia e o mercado de trabalho. As contas públicas já vinham se deteriorando há alguns anos, disfarçadas pelas famosas “pedaladas”, e alguma coisa precisava ser feita para controlar a relação dívida/PIB. É claro que, com o nível atual da Selic, o ajuste acaba sendo muito mais intenso do que poderia ter sido com taxas de juros moderadas. **O maior problema do ajuste é que acabou caindo em cima dos trabalhadores e poupando os mais ricos. Cadê o imposto sobre heranças e grandes fortunas? Só recentemente o governo resolveu aumentar a taxa do setor financeiro a partir da elevação da CSLL dos bancos. Com isso o governo se expôs muito e a oposição aproveitou para dar o troco e ficar bancando a boazinha e defensora do povo.**



P: Nos últimos anos, mesmo em períodos de baixo crescimento, a taxa de desemprego continuou a cair. O que determinou a subida em 2015?

R: A situação da economia se deteriorou bastante em 2014, quando o crescimento foi nulo. A mudança de expectativas pós-eleitorais foi definitiva para a criação de um ambiente muito desfavorável para a economia. **O anúncio do ajuste fiscal foi a pá de cal para as condições até então relativamente favoráveis no mercado de trabalho.**

P: Com quais cenários você trabalha para a elevação da taxa de desemprego em 2015 e 2016? Qual e quando você estima que será o ponto máximo? Você prevê que a taxa irá eventualmente ceder?

R: O ano de 2015 está perdido. Não acredito em recuperação da economia no segundo semestre. Provavelmente as dificuldades permanecerão em 2016. Nessa conjuntura o mercado de trabalho deve sofrer bastante e a criação líquida de empregos

deve continuar negativa como nos últimos meses -- vide os dados do CAGED. Consequentemente a taxa de desemprego deverá subir; embora, por conta de efeitos sazonais favoráveis que ocorrem tradicionalmente no segundo semestre de cada ano, não deva se elevar muito neste ano. Com relação a 2016, fica difícil traçar um quadro mais seguro sobre o mercado de trabalho tendo em vista as incertezas da economia. O quadro político está muito complicado para o governo. Caso consiga um maior entendimento dentro de sua base de sustentação política, o clima no país poderá melhorar, com consequências favoráveis sobre as expectativas e a própria economia.

P: Quais setores da economia estão especialmente desempregando? Quais estão resistindo?

R: A indústria já vinha desempregando há algum tempo, especialmente a indústria de transformação. Quando você começa a ver que até mesmo o comércio e os serviços já não conseguem ge-

rar empregos a situação fica muito preocupante, pois nos últimos anos três de cada quatro empregos gerados no país foram no setor terciário. Na realidade, a tendência atual é a grande maioria dos setores continuarem desempregando. Uma das exceções poderá ser a agricultura, com um aumento das exportações agrícolas, mas esse setor gera muito poucos empregos...

P: Que grupos de trabalhadores são particularmente afetados? Que faixas etárias?

R: Os mais afetados são sempre os trabalhadores jovens, especialmente se forem pouco qualificados. Num momento de crise a tendência é as empresas despedirem seus trabalhadores menos experientes, que usualmente são os mais jovens. Além disso, com a queda da renda familiar muitos jovens serão obrigados a entrar, ou retornar, ao mercado de trabalho, elevando a taxa de desemprego dos jovens. Tal movimento pode trazer sérias consequências para esses trabalhadores, na medida em que uma entrada precoce no mercado de trabalho em geral traz consequências negativas sobre o nível de escolaridade e produtividade desses trabalhadores no futuro.

P: A queda do emprego está sendo acompanhada pela queda na renda no mesmo ritmo?

R: Até 2014 a renda média continuou aumentando. Neste ano, entretanto, dado o ambiente político e econômico desfavorável e o aumento da inflação por conta, principalmente, da forte elevação dos preços administrados (leia-se energia elétrica, entre outros), as consequências sobre a renda real foram inevitáveis, de modo que ela vem caindo ao longo dos meses e também na comparação com os mesmos meses de 2014. Tendo em vista a deterioração do mercado de trabalho, provavelmente ela continuará caindo nos próximos meses.

P: Como está a situação do emprego e renda no Rio de Janeiro, que, além dos problemas nacionais, foi impactado pela redução dos investimentos da Petrobras?

R: O Rio de Janeiro tradicionalmente tem uma das menores taxas de desemprego do país. Isso é consequência de suas características econômicas, com um grande setor terciário e da administração pública. Com isso, poderia ser menos atingido do que São Paulo, onde a indústria de transformação é muito importante. Talvez mais importante do que a crise na Petrobras seja a queda do preço do petróleo, acarretando forte redução

dos royalties que são transferidos ao estado e aos municípios. Aí, sim, está o maior perigo para a economia fluminense. De qualquer forma, a crise na Petrobras terá um custo para o Rio de Janeiro, tendo em vista a sua cadeia de fornecedores e prestadores de serviços localizados aqui, que inevitavelmente será atingida com a redução de investimentos da empresa. A taxa de desemprego na região metropolitana do Rio aumentou nos primeiros meses do ano mas continua bem abaixo da de São Paulo. O rendimento médio caiu um pouco, mas permanece o maior do país.

P: Caso a lei que regulamenta a terceirização seja aprovada, quais serão os impactos reais sobre o trabalhador e o mundo do trabalho?

R: Eu sou plenamente favorável à terceirização nas atividades meio das empresas, mas acho a terceirização nas atividades fim muito arriscada. A maior parte das empresas tem defendido a possibilidade de terceirização em todas as atividades, afirmando que isso traria mais flexibilidade para a gestão do processo de produção e aumento da produtividade e que a legislação proposta aumentaria a proteção dos trabalhadores terceirizados. Tais argumentos ainda não me convenceram.

P: Entre as reduções de direitos, como as que afetaram o seguro desemprego e aposentadorias, quais são as mais danosas para os trabalhadores?

R: Todos sabem que existem várias formas de falcaturas contra o seguro desemprego e as aposentadorias. Os acordos entre patrão e empregado nas demissões de forma a se acessar o seguro desemprego são conhecidos. O acompanhamento dos trabalhadores demitidos pelo governo no período de recebimento do seguro desemprego é precário, senão inexis-

tente. No caso das aposentadorias, também são conhecidos os casos de jovens que se casam com idosos para poderem receber pensões ao longo da vida. Ou de falsificação do estado de saúde do trabalhador para se receber a aposentadoria por doença. Tudo isso tem um enorme custo para as contas públicas. Acho que há muito a se fazer antes de se mudar a legislação. As mudanças deveriam ser feitas na direção do que existe de melhor fora do país e às vezes fica parecendo que a maior preocupação com as propostas encaminhadas pelo governo foi apenas de redução de gastos e não de melhoria da legislação e de sua gestão.

P: Vivemos hoje no país um quadro de deterioração do trabalho?

R: Não concordo que estamos num quadro de deterioração do trabalho. Se olharmos para a última década, veremos que os avanços foram enormes. A taxa de desemprego caiu a menos da metade. O salário mínimo e a renda média do trabalho subiram muito. A informalidade ainda é alta, mas foi reduzida. A escolaridade dos trabalhadores aumentou bastante. Enfim, a situação está bem mais favorável para os trabalhadores em geral. Entendo que a atual deterioração do mercado de trabalho é conjuntural e que será revertida nos próximos dois anos. Não consigo imaginar no futuro taxas de desemprego como as de uma década atrás nem reduções na renda e na formalização do trabalho. Mas para isso é preciso sair o mais rapidamente possível do atoleiro em que o país se encontra, com recuperação da credibilidade do governo e das forças políticas do país, para a criação de um ambiente favorável à retomada dos investimentos e da economia.



Pleno emprego no Brasil: resultado de uma década de crescimento econômico e expansão das políticas sociais

Flávia Vinhaes Santos*

No dia 7 de maio deste ano, o IBGE divulgou os resultados trimestrais da PNAD Contínua para Unidades da Federação. A pesquisa forneceu ao país a oportunidade de identificar de perto disparidades a nível estadual, comportamentos característicos de cada mercado de trabalho local, movimentos setoriais e ocupacionais. Entretanto, a PNAD Contínua é uma pesquisa jovem, que ainda não dispõe de uma mais longa série histórica que me permita fazer uma avaliação da evolução do mercado de trabalho na última década, motivo pelo qual irei utilizar neste artigo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) – que investiga seis Regiões Metropolitanas brasileiras e que aqui estará sendo utilizada como uma *proxy* do Brasil.

O impacto do crescimento econômico brasileiro, verificado no país no período de 2004 a 2013 (com exceção de 2009), possibilitado pelo cenário internacional favorável, pelo aumento da oferta de dólar, pela expansão do salário mínimo e das políticas sociais, pelo aumento da arrecadação e dos gastos públicos, em paralelo ao aumento do crédito, promoveu no mercado laboral um aumento da ocupação que só apresentou perda de vigor em final de 2013. Ao longo deste período, vimos a sucessiva queda da taxa de desocupação e o aumento do rendimento real do trabalho, como se observa no gráfico 1.

Quanto à qualidade do vínculo

do trabalho, esse período também foi marcado por um aumento expressivo da participação dos empregados com carteira assinada no setor privado em detrimento dos empregados sem carteira assinada e por uma expansão dos trabalhadores por conta própria (gráfico 2).

Ou seja, na média anual, em 2003, 39,7% dos trabalhadores do setor privado tinham carteira assinada; em 2014, esse percentual atingiu 50,8%. Os maiores percentuais encontraram-se na Região Metropolitana de São Paulo, com média de 55,3% em 2014, seguida pelas RMs de Porto Alegre e Belo Horizonte, enquanto os menores percentuais de empregados com carteira assinada no setor privado encontraram-se nas RMs de Salvador (45,4%), Rio de Janeiro (45,6%) e Recife (47,4%).

Nos serviços domésticos, os vínculos com carteira assinada em 2003 correspondiam a 35,3% dos contratos e em 2014 haviam alcançado 42,2%, um percentual de formalização do trabalho doméstico ainda muito baixo, apesar da nítida melhora.

Em relação ao rendimento médio habitual do trabalho, de 2003 a 2014 a renda das mulheres ocupadas, que correspondia a 70,8% da renda dos homens, passou a corresponder a 74,2%. O rendimento dos ocupados pretos e pardos em relação aos brancos, que era de 48,4%, chegou a 58%.

Diante da exposição destes indicadores, a avaliação que se faz do mercado de trabalho brasileiro a



partir de 2003 é de sucessivas melhoras quantitativas e qualitativas, que significaram um aprofundamento das conquistas republicanas para a classe trabalhadora.

A inflexão da política econômica do governo, nos anos recentes, foi sentida no mercado de trabalho através da queda do nível de ocupação, que conjugou as mudanças demográficas pelas quais o Brasil vem passando, com o arrefecimento da ocupação, observado em 2014. O resultado destes dois movimentos foi a queda do nível de ocupação, já em 2013 (com um forte efeito da transição demográfica que vem registrando um “envelhecimento” da população em idade de trabalhar) e seu aprofundamento em 2014. Entretanto, um novo fenômeno interferiu no mercado de trabalho e foi o principal impulsionador da queda das taxas de desocupação neste período recente. Este fenômeno foi o aumento da inatividade – pes-

soas em idade de trabalhar que saíram da força de trabalho, em grande medida, entre a faixa de idade de 18 a 24 anos.

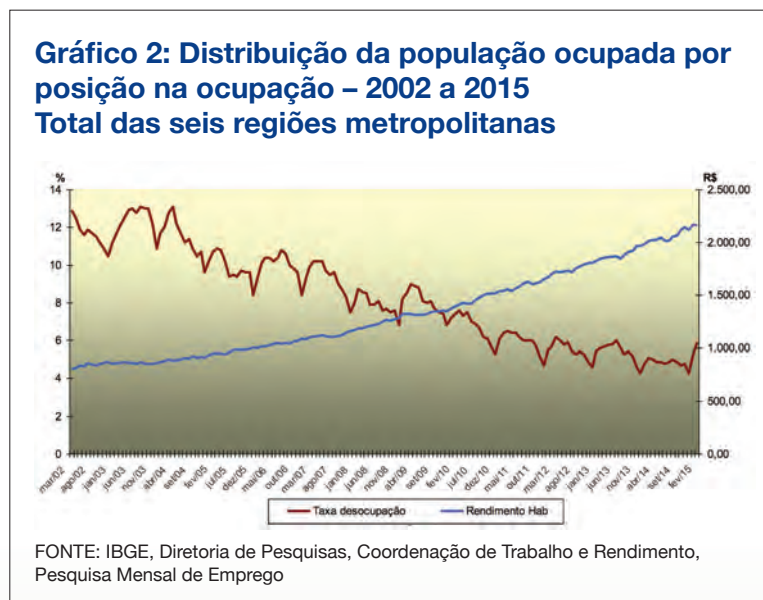
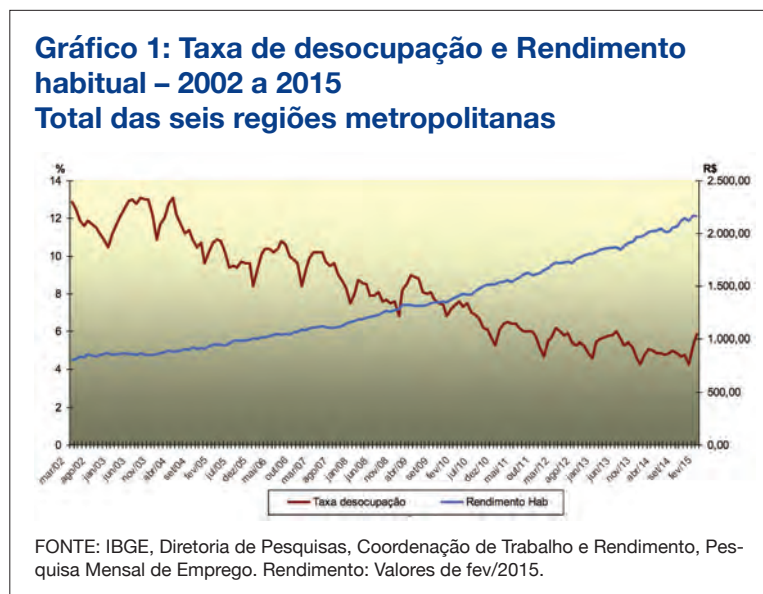
Dessa forma, enquanto na faixa de idade destes jovens adultos foi registrada uma queda de 15% da População em Idade Ativa (PIA), a queda do número de inativos (População Não Economicamente Ativa - PNEA) foi de apenas 5%, resultando em um aumento da taxa de inatividade (PNEA/PIA) de 31% para 35% desta população, tendo sido esta faixa de idade a principal responsável pelo aumento da inatividade mais fortemente observada em 2014. Particularmente, é após setembro de 2013 que este movimento de aumento da inatividade é identificado, contrariando o movimento de queda da PIA e contribuindo para diminuir ainda mais a pressão sobre o mercado de trabalho, o que resultou em menores taxas de desocupação, não pelo aumento da ocupação, senão pela diminuição da pressão sobre o mercado de trabalho.

É possível que este movimento esteja relacionado a diversos fatores, como o maior investimento das famílias na qualificação dos filhos, possivelmente associados à melhoria da renda dos pais destes jovens adultos e às suas melhores oportunidades de emprego, assim como aos Programas de Financiamento Estudantil¹ e de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais². Também pode estar ligado à menor tolerância dos jovens a baixos salários, característicos desta faixa etária.

Tudo indica que este movimento foi o responsável pelo aumento da inatividade neste período demarcado e que esta conjuntura foi potencializada pelo aumento da renda do trabalho associada ao aumento da absorção dos trabalhadores pelo mercado de trabalho, principalmente sob a forma de contratos formais de trabalho. Pais empregados e com melhores salários, associado aos programas de incentivo à qualificação, deram a esses jovens adultos a oportunidade de buscarem mais tardiamente um trabalho ou de simplesmente não mais necessitarem contribuir com o rendimento familiar.

Uma regressão que tem como variável a ser explicada as variações na PNEA e como variáveis explicativas a PIA e a proporção de famílias com renda do trabalho domiciliar *per capita* menor do que um salário mínimo, em cujo domicílio haja ao menos algum morador em situação de inatividade, apresentou como resultado que os rendimentos influenciaram na PNEA de duas formas: (1) pelo seu crescimento e (2) pela sua distribuição. No caso, tanto o aumento dos rendimentos (médios do trabalho) como a redução da proporção de domicílios com baixa renda (<Salário Mínimo =788) tenderam a elevar a PNEA na faixa de 18-24 anos de idade. Isso ajuda a explicar porque a PIA caiu mais do que a PNEA para essa faixa de idade. Também explica porque aproximadamente 72% das variações da PIA (nesta faixa de idade) foram incorporadas imediatamente pela PNEA.³

Claus Offe, em seu *Capitalismo Desorganizado (1989)*⁴, aponta para a necessidade de se lutar contra o desemprego em massa como um modo de vida permanente e cita o período pós-Segunda Guerra Mundial, quando vários



Estados asseguraram o pleno emprego nas economias de capitalismo moderno, conjugando a expansão do mercado de trabalho com a “exclusão” de parte dos trabalhadores deste mesmo mercado. Dito de outra forma, ampliando a demanda por mão de obra e diminuindo a oferta de mão de obra através de políticas de bem-estar.

Vimos que o mercado de trabalho brasileiro sofreu a influência de vários fatores simultâneos: um movimento de transição demográfica, a experiência mais persistente

do crescimento econômico e da expansão das políticas de bem-estar que, articulados, promoveram um dos raros momentos do capitalismo, qual seja, o do pleno emprego.

Se ao longo da década de 90, quando se avaliava que o desemprego tinha causas estruturais, relacionadas à mudança do padrão tecnológico, foi disseminado como única solução possível para recompor os níveis de emprego a redução da jornada de trabalho, na última década, particularmente durante o governo do Presidente Lula, as ta-

xas de desocupação caíram persistentemente, respondendo a estímulos na economia, e quando estes estímulos pareceram ter se esgotado, a taxa manteve a trajetória de queda, dessa vez com causas no aumento da inatividade, possibilitada por melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores.

Diante da recessão que se avizinha, alardeada pelos analistas de mercado, é possível que a taxa de desocupação responda revertendo sua trajetória de queda e registrando ampliação da desocupação e queda da renda do trabalho, principalmente entre os jovens. Entretanto, o envelhecimento da população em idade de trabalhar, se associado a taxas de crescimento, ainda que pouco ambiciosas, e à manutenção dos direitos sociais conquistados, mas recentemente postos em xeque, poderia levar a uma estabilidade da taxa se não houvesse perdas no rendimento. Do contrário, a parcela da população que poderia estar fora do mercado de trabalho, os mais jovens e os mais velhos, voltará a exercer pressão sobre o mercado de trabalho.

* É economista do IBGE/Coren, conselheira do Corecon-RJ e professora da Ucam e FGV.

1 O FIES é um Programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

2 O REUNI tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência do aluno na educação superior. O Programa conta com expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior gratuita.

3 VINHAES, F. OLIVEIRA, L. Pleno Emprego ou Inatividade? Uma análise sobre a queda da desocupação no Brasil. Mimeo/2015.

4 OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado: Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Editora Brasileira, 1989.

Terceirização e ajuste fiscal: uma dupla ofensiva contra os direitos do trabalho

Graça Druck*

A atual conjuntura do trabalho no país se caracteriza por uma acirrada disputa de classe. As escolhas dos que detêm o poder – o executivo, a maioria do legislativo e a mais alta cúpula do judiciário (o STF) – estão em sintonia com os interesses dos setores mais conservadores da sociedade.

Vive-se um momento em que o histórico e permanente ataque das classes dominantes ao direito do trabalho brasileiro, consubstanciado na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – nunca esteve tão perto de sair vitorioso, pondo fim a um conjunto de direitos reivindicados pelos trabalhadores desde os anos 1910 e incorporados progressivamente à legislação social e trabalhista desde os anos 1920, cuja consolidação só ocorreu em 1943.

É isto que está em questão hoje no Brasil, com a votação do PL 4330 na Câmara dos Deputados, que o aprovou por 230 votos a 203, sem discussão no plenário. E qual é o cerne deste projeto? O fim de qualquer limite à terceirização, ou seja, abolir a frágil regulação existente até hoje, através do enunciado 331, que proíbe a terceirização da atividade-fim das empresas.

Os argumentos favoráveis do empresariado e de seus representantes no Congresso Nacional são falaciosos, voláteis e insustentáveis. Segundo eles, não é mais a focalização ou especialização da empresa – que já foi a principal justificativa para a defesa da terceirização – mas agora se trata de regulamentar os 12



Rafael Neddermeyer / Fotos Públicas

milhões de terceirizados existentes no país. Ora, nada mais falso, pois este número se refere aos trabalhadores que já estão sob a proteção da CLT, ou seja, que têm carteira assinada e que, em tese, deveriam estar recebendo todos os seus direitos, sistematicamente desrespeitados. Não existem estatísticas de terceirizados informais, sem carteira, sem contrato ou mediados por cooperativas ou organizações sociais e que estão sem proteção social e trabalhista. E, portanto, não é a esses que se dirige o PL 4330.

Ao contrário, ao liberar a terceirização para todas as atividades, permitir as redes de subcontratação e condicionar a responsabilidade solidária das empresas, cujo objetivo é rebaixar o custo da força de trabalho, as condições de precariedade em que trabalham os terceirizados hoje serão difundidas para

todos os trabalhadores brasileiros.

Afirmar sobre a precarização que a terceirização impõe não é retórica. Os resultados de mais de 20 anos de pesquisas demonstram essa realidade. Os estudos realizados em nosso grupo de pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da UFBA, publicados como teses, dissertações, artigos e livros – que pesquisaram os segmentos de petroquímicos, petroleiros, complexo automotivo, *call centers*, trabalhadores dos serviços de limpeza e vigilância da UFBA, construção civil e temáticas em que a terceirização aparece destacadamente, como assédio moral, saúde do trabalhador, processos na Justiça do Trabalho, trabalho análogo ao escravo – evidenciam que é uma prática de gestão que invariavelmente precariza.

No país, os estudos acadêmicos e de instituições sindicais testemunham os malefícios da terceirização. É o caso da desigualdade salarial, em que terceirizados chegam a ganhar 30% menos que os contratados diretamente. Encontramos uma situação nos petroquímicos da Bahia, em que terceirizados chegavam a ganhar cinco vezes menos que os empregados diretos. Os indicadores de acidentes de trabalho e mortes, como no caso dos petroleiros, revelam que os terceirizados mortos representam 90% do total; na construção civil, o número de mortes dos terceirizados é de 2,3 a 4,9 vezes maior do que a média de acidentes fatais em todo o mercado de trabalho; o alto grau de adoecimento dos trabalhadores de *call centers*, por LER/DORT; o desrespeito a direitos elementares, caso dos trabalhadores terceiri-

zados de limpeza da UFBA, que ficam 10 anos sem férias, por conta da troca de empresas que não completam um ano prestando serviços e se vão sem pagar seus empregados, sendo substituídas por outras do mesmo naipe. É o caso das redes de subcontratação no complexo automotivo do Nordeste, em que na ponta do processo estão trabalhadores sem carteira e por “empregada”. É também uma das formas mais desumanas de trabalho encontrada em empresas modernas, nacionais e multinacionais, a condição de trabalho análogo ao escravo: do total de trabalhadores resgatados nos últimos três anos, 81% eram terceirizados.

É essa realidade que o PL 4330 quer legalizar, generalizando-a para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. É por isso que a votação na Câmara dos Deputados gerou uma mobilização nacional, com manifestações de rua, paralisações, manifestos de instituições do direito do trabalho, pesquisadores e sindicalistas. E a terceirização passou a ser pauta central da grande imprensa e das redes sociais.

Assiste-se um processo de votações no Congresso Nacional e de decisões do STF que reforçam, sustentam e ampliam tudo o que o PL 4330 representa. Ou seja, a retirada de direitos e conquistas, a liberalização de formas de contrato e de relações de trabalho que amplificarão a precarização social e estrutural do trabalho no Brasil.

Assim, a supressão no PL 4330 da liberação da terceirização no setor público, teve como contramedida a recente decisão do STF sobre uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta em 1998, em relação à Lei editada pelo Governo Fernando Henrique, que estabelecia que o Estado pode contratar organizações sociais para

prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia e meio ambiente. Ou seja, a terceirização através da intermediação das chamadas organizações sociais (fundações, ONGs, cooperativas, etc.) nas atividades-fim do serviço público. A decisão de que tal medida não é inconstitucional, tomada pela Suprema Corte, libera a terceirização para todos esses setores. Trata-se da vitória de uma concepção neoliberal de Estado, que irá transferir recursos públicos para essas organizações de caráter privado, que estarão livres para contratar trabalhadores sem concurso público e sem licitação, o que implicará no progressivo fim do serviço público, da carreira de servidor, cuja função social é fundamental num Estado democrático.

O ajuste fiscal determinado pelo governo, com os cortes de despesas nas áreas sociais, como é o caso da educação, e com contingenciamento no repasse de recursos impôs uma crise nas universidades e institutos federais em todo o país, levando ao fechamento de unidades, adiamento de início de aulas por falta de condições de funcionamento em vista de greves de trabalhadores terceirizados dos serviços de limpeza, vigilância, portaria, manutenção, dentre outros, por estarem sem receber salários, chegando a atrasos de três meses em alguns segmentos. Estas ocorreram em quase todas as instituições federais de ensino, pois seus reitores não estão conseguindo pagar as despesas de custeio, em que a prestação de serviços terceirizados é a principal e mais cara despesa. Esse exemplo é paradigmático para se entender a quem penaliza o ajuste fiscal em curso no país.

As demais medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo fede-

ral, a exemplo das MPs 664 e 665, representam, segundo especialistas, o maior retrocesso em política de seguridade social nas últimas décadas, qualificada como uma minirreforma da Previdência, ao reduzir o acesso dos trabalhadores ao seguro desemprego, a pensões por morte e ao auxílio-doença. Segundo cálculos do DIEESE, em torno de 4,8 milhões de trabalhadores não poderiam acessar o seguro desemprego e 9,94 milhões perderiam o abono salarial, numa conjuntura em que o desemprego está crescendo, fruto da desaceleração do crescimento econômico.

Elas têm exatamente a mesma natureza do PL 4330. Em nome de uma suposta grave crise econômica no país, em parte criada e propagada pela grande imprensa, pois os indicadores econômicos ainda não sinalizam para a gravidade que é anunciada diariamente pelos meios de comunicação, o governo Dilma propõe que sejam realizados cortes em direitos dos trabalhadores, diminuindo a proteção social e trabalhista. Estima-se que o governo vai economizar 10 bilhões de reais com essas medidas, enquanto cálculos de especialistas em finanças preveem que a taxa de grandes fortunas poderia recolher até 100 bilhões por ano. Sem dúvida, um ajuste que tem uma clara natureza de classe, tornando-se parte da ofensiva do capital sobre o trabalho, sob a hegemonia neoliberal, na qual o governo federal tem sido cada vez mais um agente fundamental.

Uma infeliz escolha do governo Dilma, que se encontra refém de uma base de apoio esfacelada, que não encontra unanimidade em seu partido, o Partido dos Trabalhadores, e que perde rapidamente apoio dos movimentos sociais e centrais sindicais, a exemplo da CUT. É o que indica o

“Manifesto pela mudança na política econômica e contra o ajuste”, lançado em 20 de maio e assinado por mais de 30 organizações e movimentos, dentre eles a CUT, o MST, a CPT, além de intelectuais, acadêmicos, dirigentes políticos de movimentos e do Partido dos Trabalhadores, que qualifica o ajuste como recessivo e afirma:

“O quadro de desequilíbrio fiscal das contas do governo não é responsabilidade dos mais pobres, trabalhadores, aposentados e pensionistas. As causas desse desequilíbrio foram a desoneração fiscal de mais 100 bilhões concedida pelo governo às grandes empresas, as elevadas taxas de juros Selic, que transferem recursos para o sistema financeiro, e a queda da arrecadação devido ao baixo crescimento no ano passado.

Não é justo, agora, colocar essa conta para ser paga pelos mais pobres que precisam de políticas públicas, trabalhadores, aposentados e pensionistas. Enquanto o andar de baixo perde direitos, não está em curso nenhuma medida do governo para tornar o nosso sistema tributário mais progressivo.”

Sem dúvida, o PL 4330, a decisão do STF de liberar a terceirização das atividades-fim no serviço público e as medidas de “arrocho fiscal” representam uma violenta ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora. Resta saber se a mobilização nacional em curso terá forças para impedir esse desastre.

* É professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do CRH/UFBA e do CNPq, estudiosa na área de Sociologia do Trabalho, autora do livro *Terceirização: desfordizando a fábrica* (Editora Boitempo e Edufba) e coorganizadora do livro *A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização* (Editora Boitempo).

Emprego no Estado do Rio de Janeiro e em sua metrópole

Mauro Osorio*

Henrique Rabelo**

Maria Helena Versiani***

A partir de 1920, a economia paulista ultrapassou o conjunto da economia carioca e fluminense. No entanto, até os anos 1960, o conjunto da economia carioca e fluminense manteve um crescimento próximo ao da economia nacional, excluído o estado de São Paulo, a locomotiva do crescimento brasileiro nesse período.

A partir dos anos 1970, quando se consolida a mudança da Ca-

pital Federal para Brasília, o estado do Rio de Janeiro se tornou o lanterna no cenário brasileiro em termos de dinamismo econômico. Entre 1970 e 2012, apresentou forte perda de participação no PIB nacional, passando de 16,7% em 1970 para 11,5% em 2012, a maior perda entre todas as unidades federativas (IBGE).

Na mesma direção, entre 1985 e 2013, o estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento do emprego formal de apenas 71,5%, contra um crescimento de quase o dobro no total do país, de 138,9%

(MTE/Rais). Nesse período, o crescimento do emprego formal no ERJ foi o menor entre todas as unidades federativas brasileiras.

Por esse motivo, em termos de empregos formais na indústria de transformação, entre 1985 e 2013 o ERJ passou da 2ª posição, quando estava atrás apenas do estado de São Paulo, para a 6ª posição, tendo sido ultrapassado pelos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio

Grande do Sul e Santa Catarina.

Quanto ao número de empregos formais no total de atividades econômicas, o ERJ também foi ultrapassado, no mesmo período, por Minas Gerais, caindo da 2ª para a 3ª posição entre as unidades federativas brasileiras. Tal perda de densidade econômica e de base para arrecadação de impostos levou o estado de Minas Gerais a ultrapassar o Rio de Janeiro em



termos de arrecadação de ICMS (Confaz/MF) em 2004, fazendo com que ampliássemos nossa dependência das receitas de *royalties*.

Somente a partir de 2008 a economia fluminense voltou a apresentar um dinamismo próximo ao da economia brasileira, em termos de geração de empregos formais. No período entre 2008 e 2013, o emprego com carteira assinada na indústria de transformação cresceu 19,9% no ERJ e 13,4% no total do país. No conjunto das atividades privadas e públicas, o emprego formal cresceu 23,6% no ERJ e 24,1% no país (MTE/Rais).¹

Tendo em vista a melhoria do cenário econômico regional; os novos investimentos privados que passaram a chegar no ERJ; as obras do PAC; os investimentos voltados para os megaeventos; e a ampliação das atividades vinculadas ao complexo do petróleo e gás, a renda média da ocupação formal e informal, no ano de 2014, na RMRJ foi de R\$ 2.346,50, ultrapassando a renda média verificada na Região Metropolitana de São Paulo-RMSP, que foi de R\$ 2.192,43 (PME-IBGE).

No ano de 2015, no entanto, com a crise da Petrobras e da economia brasileira, o ERJ e a RMRJ têm sofrido mais do que a média do país. No período entre janeiro e abril de 2015, o ERJ apresentou uma perda de 59.261 empregos com carteira assinada, enquanto na média do país essa perda foi de 137.004 empregos (MTE/Caged).

Ou seja, do total da queda de empregos ocorrida no Brasil no primeiro quadrimestre, o ERJ teve uma participação de 43,25%, apesar de o estado apresentar apenas em torno de 10% do total de empregos formais do país.

Da mesma forma, no que se

refere à RMRJ, apesar dessa região participar com 23,7% do total das ocupações existentes nas metrópoles brasileiras pesquisadas pela PME/IBGE, para o total das ocupações formais e informais ela participou, no primeiro quadrimestre de 2015, com 41,2% do total da queda de ocupações ocorridas no conjunto das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

Além disso, deve-se ressaltar que, apesar das melhorias em período recente e apesar da renda da ocupação formal e informal na RMRJ ter ultrapassado a da RMSP, o conjunto do estado do Rio de Janeiro, de acordo com dados da PNAD Contínua referentes ao primeiro trimestre de 2015, encontra-se apenas na 7ª posição entre todas as unidades federativas em termos da renda média existente para o total das ocupações formais e informais. Ou seja, a melhoria em período recente, principalmente no que diz respeito ao aumento da renda real detectada para a RMRJ pela PME, concentrou-se muito em torno do complexo do petróleo e gás, com benefícios principalmente para a cidade do Rio de Janeiro. A baixa densidade produtiva no interior fluminense e a particular precarização na periferia da RMRJ ainda permanecem um desafio.

A particular precarização da periferia da RMRJ e o fato de essa região ainda ser uma região-dormitório podem ser verificados pelos indicadores socioeconômicos disponíveis. Por exemplo, enquanto nove municípios das RMSP e sete da RMBH² apresentavam, em 2013, uma relação emprego formal na indústria/população igual ou superior a 10%, na periferia da RMRJ, o município mais bem

posicionado era Duque de Caxias, que apresentava uma relação emprego formal na indústria/população de apenas 4%.

Com relação ao fato de a periferia da RMRJ ainda apresentar baixa densidade produtiva, um dos principais desafios é a realização de investimentos em infraestrutura. Evidência disso é que, apesar de a Rio Polímeros – empresa âncora do pólo de gás-químico existente em Duque de Caxias – já estar com suas plantas de primeira e segunda geração petroquímica funcionando a plena carga, ela ainda não atraiu praticamente nenhuma empresa da terceira geração (indústria plástica), que são as empresas que de fato geram empregos. Isto pela ausência de infraestrutura adequada.

Ainda como exemplo da particular precarização da periferia da RMRJ, podemos apontar que, realizando um ranking dos dados do Ideb/MEC para o ano de 2013, para as periferias das RMRJ, RMSP e RMBH, vemos que, entre os vinte piores resultados, dezesseis estão na periferia da RMRJ. Além disso, com um índice igual ou superior a 5,0, na periferia da RMRJ vemos apenas Cachoeiras de Macacu e Paracambi e 67 municípios das periferias das RMSP e RMBH.

Ou seja, o estado do Rio de Janeiro enfrenta a desaceleração da economia brasileira, a crise na Petrobras e uma desaceleração de seus investimentos, em um momento em que ainda apresenta baixa densidade produtiva, fortes desigualdades sociais e importante carência de infraestrutura.

Dessa forma, é importante aprofundar o debate sobre qual seria a agenda necessária para obter adensamento produtivo e um jogo de ganha-ganha para todas as oito

Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro.

Nessa estratégia, é importante construir uma coordenação de políticas que permita gerar adensamento produtivo, principalmente tendo em vista as janelas de oportunidades que continuarão a existir em torno do complexo de petróleo e gás e de áreas em que o Rio de Janeiro também é particularmente forte, que tendem a apresentar dinamismo nos próximos anos, como a economia do complexo da saúde e as áreas de turismo, entretenimento, cultura, esporte e mídia.

É fundamental dar ênfase a um conjunto de investimentos, em todas as regiões do estado e principalmente na periferia metropolitana, nas áreas de infraestrutura e políticas sociais, tendo em vista possibilitar de fato a atração de investimentos privados, a diminuição das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

* É economista, coordenador do Observatório de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro e cadastrado nos grupos de pesquisa do CNPq através do Programa de Pós-Graduação da FND/UFRJ.

** É economista, integrante do Observatório de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro e mestrando no Ippur/UFRJ.

*** É doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV, integrante do Observatório de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora do Museu da República.

1 Indicadores socioeconômicos sobre o Rio de Janeiro são apresentados e analisados em OSORIO, Mauro; MELO, Luiz Martins; VERSIANI, Maria Helena; WERNECK, Maria Lúcia (Orgs.). *Uma agenda para o Rio: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

2 Considera-se aqui como periferia das três regiões metropolitanas analisadas todos os municípios nelas existentes, excetuando-se as respectivas capitais estaduais.

Quem paga a dívida pública municipal?

“Dívida é um pecado que não tem expiação... quanto mais você paga, mais você deve”. Eduardo Galeano

Introdução

O trato de uma dívida é um tema que provoca acaloradas discussões, seja na academia, seja no botequim da esquina. Não sem razão, pois o endividamento faz parte da história da humanidade desde os tempos bíblicos. Não há hoje Estado nacional que prescindia do endividamento público para implementar suas políticas. A questão é saber como, quanto e principalmente quem (que segmentos sociais) pagará pela dívida pública.

No Brasil, a dívida bruta atinge 63,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e o governo propõe a aplicação de um rigoroso ajuste fiscal para atingir a meta do superávit primário de 1,2% do PIB, o equivalente a R\$ 66,3 bilhões, destinados, em tese, ao pagamento da dívida.

Por outro lado, está em curso a decisão sobre uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº148/2014, que afeta diretamente as dívidas de municípios e estados com a União. No caso da cidade do Rio de Janeiro o valor chega a R\$ 6,2 bilhões, que seriam “perdoados”. Portanto, uma medida no sentido inverso ao ajuste fiscal. Diante desse imbróglio, o Fórum Popular do Orçamento convidou o socioeconomista e educador Marcos Arruda (PACS), o Prof. Carlos Eduardo Martins (IFCS/UFRJ) e a Prof.^a Mirelli Malaguti (UFRJ) para debaterem em 18 de maio último sobre que esfera governamental deve arcar com esse paga-



Marcos Santos / USP Imagens

mento e, sobretudo, se é justo toda sociedade, através dos recursos públicos, pagar essa dívida?

O presente artigo contará com os dados da evolução da dívida municipal atualizados pelo IPCA de janeiro de 2015, elaborados pela equipe do FPO, e o resumo do posicionamento de cada debatedor.

A dívida da cidade do Rio de Janeiro

A evolução do pagamento da dívida carioca entre os exercícios de 2001 a 2014 está representada no gráfico 1, que contém também os dados referentes à Receita Corrente Líquida. A título de ilustração, calculamos o peso do serviço da dívida sobre a RCL ano a ano para destacar que nos exercícios de 2003, 2010 e 2011 se excederia o teto limite de 11,5% da LRF, o que seria ilegal. No entanto, a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece que o cálculo seja feito pela mé-

dia anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita projetada, conforme demonstrado na Prestação de Contas, cujos percentuais, por essa metodologia, ficam abaixo do limite.

Não foi por acaso que ocorreram esses “picos” de pagamento. Em 2003, o Rio foi punido com uma elevação dos juros devido ao não pagamento de 20% do valor refinanciado com a União, conforme o acordo firmado, daí o aumento do valor pago em juros. Já em 2010 e 2011 o salto é decorrente do pagamento de um bilhão de reais em amortização. Tais recursos são oriundos do acordo entre a Prefeitura e o Banco Mundial, em forma de empréstimo, mas com a exigência deste da aplicação de políticas públicas alinhadas aos seus preceitos (vide JE março/2012).

A consequência deste empréstimo também se faz sentir no principal indicador da LRF, o re-

sultado primário. O gráfico 2 evidencia uma “estabilização” entre um superávit e o estoque da Dívida entre os exercícios de 2004 a 2008, mas esse esforço fiscal teve como consequência uma insuficiência de recursos para os investimentos programados em função dos megaeventos esportivos (Copa/2014 e Rio/2016). Daí, o empréstimo do Banco Mundial e os resultados primários negativos e o crescimento da Dívida Consolidada. O efeito dessas opções econômico-financeiras será uma maior necessidade de recursos para o respectivo pagamento da nova dívida contraída.

Portanto, a mudança na LRF (Lei Complementar 148/2014) alterando as dívidas de municípios e estados com a União é de fundamental interesse para a saúde financeira carioca.

Acerca dessas questões, segue um resumo das colocações feitas pelos debatedores:

Prof.^a Mirelli Malaguti

A Prof.^a Mirelli colocou a dificuldade teórica em tratar a dívida pública a partir de uma teoria geral usada para todas as dívidas de todos os Estados Nacionais, conforme preconizava a teoria econômica. Para Mirelli, a dívida pública não deve ser tratada via uma teoria geral, pois cada Estado dispõe de condições diferenciadas, como moeda, poder econômico e militar, posição geopolítica, entre outros. Portanto, deve-se analisar a questão dinâmica de onde vem o poder central e identificar o grau de liberdade estabelecido diante da hierarquia do sistema interestatal existente.

Segundo ela, atualmente, a dívida pública crescente dos Estados Unidos constituiu-se em importante ferramenta de extração do excedente de recursos mundial, contradizendo a teoria econômica dominante, que preconiza que o endividamento público representaria mais um ponto de fragilidade e constrangimento de uma economia. Por outro lado, as teorias heterodoxas que veem no endividamento público uma fonte de estímulo ao crescimento de sua economia doméstica não consideram as limitações que os outros países encontram no plano internacional frente às restrições impostas pelo país emissor da moeda mundial. Portanto, ao não considerar que esse processo é produto de um sistema complexo e interligado entre as diferentes unidades de poder que formam a economia mundial como um todo, a teoria econômica tradicional representaria um instrumental teórico limitado, que não logra, por si só, explicar os fenômenos econômicos que permeiam todos as unidades que o formam. Nesse sentido, ela

buscou apresentar um novo desenvolvimento teórico que considera o funcionamento desse sistema, a partir de uma visão de longo prazo, de forma interligada à teoria do sistema interestatal capitalista que vem sendo desenvolvida a partir do campo da economia política internacional.

Nesse sentido, o debate sobre a dívida pública não deveria centrar-se na simples questão do seu pagamento, mas na sua forma de gestão e de como as outras políticas nacionais colocam a sua dívida nessa hierarquia interestatal. E encerrou ao considerar a bandeira da auditoria da dívida pública como um importante instrumento de transparência.

Prof. Carlos Eduardo Martins

Carlos Eduardo criticou a política econômica governamental pela manutenção das altas taxas de juros, que considera equivocada, pois o mundo caminha em um sentido diferente: nos EUA, por exemplo, essas taxas estão próximas de zero.

A balança de pagamentos superavitária também demonstra que não há razão para uma taxa de juros elevada por uma suposta crise nas contas externas, pois a entrada de capital estrangeiro tem sido superior às remessas de lucro e pagamento de juros e as reservas do país estão na faixa de 350 bilhões de dólares. As taxas de juros não garantem equilíbrio do balanço de pagamentos, restringindo os investimentos na economia real; o melhor exemplo é o governo FHC, quando as taxas estiveram muito elevadas, chegando a 50% ao ano e provocando grave crise no balanço de pagamentos.

O debatedor ainda compara o

plano de responsabilidade fiscal do governo do PT com o neoliberal FHC. Segundo ele, são semelhantes ao impor como central a política de volumosos superávits primários, a partir da contenção dos gastos de custeio. Tal política tem gerado insatisfação em segmentos tradicionais de apoio ao PT e ao campo progressista, como os servidores públicos das universidades.

O professor defende uma redução das taxas de juros como instrumento de fortalecimento da economia real, mediante liberação de recursos para investimentos públicos em educação, saúde, moradia, transporte, infraestrutura, ciência e tecnologia e cultura, considerando, nos atuais níveis, um entrave ao desenvolvimento econômico e à estabilidade política do governo Dilma.

Nesse diapasão, afirmou que o posicionamento do governo federal em relação à dívida dos estados e municípios o leva a um acentuado isolamento político. Por isso defende que seja a União a arcar com o pagamento do passivo em disputa por questão de governabilidade, justiça e atenuação da financeirização da economia em curso.

Socioeconomista e educador Marcos Arruda

Marcos alerta que o problema da dívida é grave em todas as esferas de governo, a despeito de a mídia comercial não explicitar essa questão. Fez considerações sobre a existência de um 'neocolonialismo' em que a dívida é um tipo de tributo que as nações pagam, não mais a outros países, mas sim ao mundo corporativo, uma 'corporatocracia' de credores, os grandes poderosos. E avançou na análise ao afirmar que o mode-

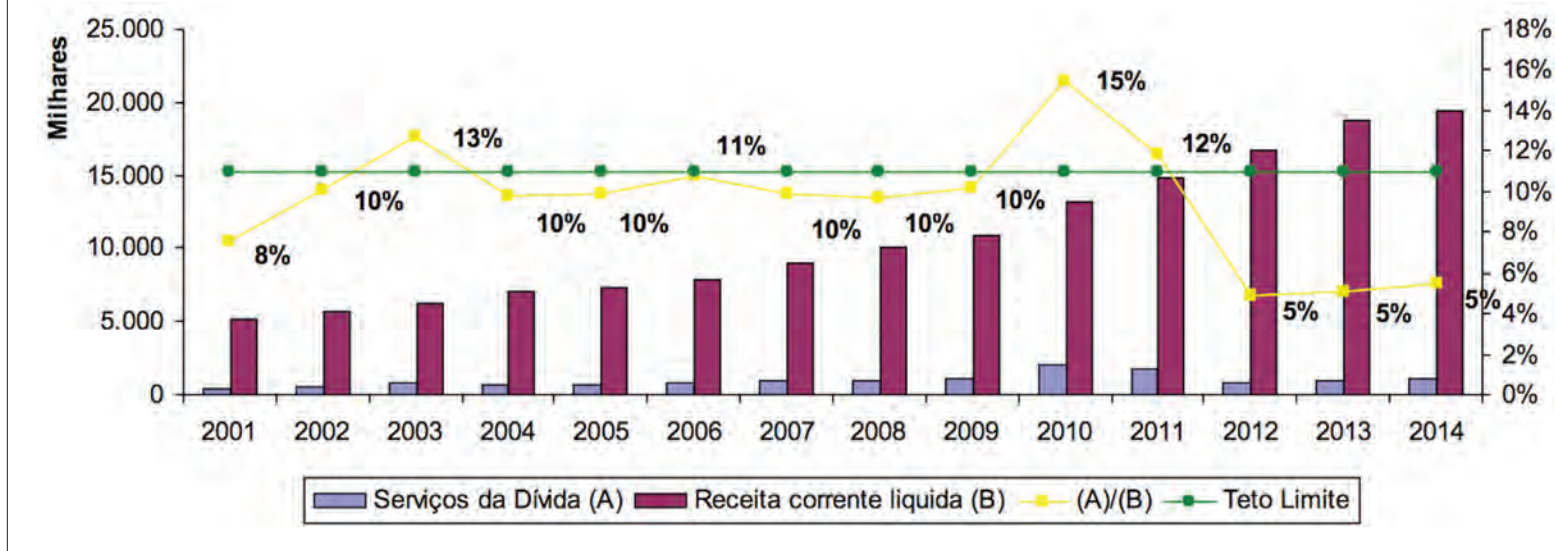
lo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil não leva a uma autonomia, enquanto uma economia soberana, pois está amarrado ao sistema da dívida. Tal modelo fez com que algumas empresas e bancos brasileiros se internacionalizassem; entretanto, a maior parte de nossa produção permanece de bens de menor valor agregado, como meio de captar divisas do exterior para pagar a dívida externa. Marcos apresentou como uma das causas dessa situação a incapacidade de se fazer um planejamento social e econômico de grande porte e grande dimensão, pois as perspectivas do Brasil funcionam num horizonte de apenas quatro anos.

Criticou a atual política econômica baseada no tripé: a busca por metas inflacionárias; gerenciamento das taxas de câmbio (para baixo) e o esforço governamental para construção de um elevado superávit primário, sustentado juridicamente pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Questionou tais prioridades macroeconômicas por ignorarem a dimensão social, pois não se pode trabalhar a política econômica distante do ser humano, que é produtor, consumidor e contribuinte. Na verdade, deveria existir uma Lei de Responsabilidade Fiscal e Social para centrar nas necessidades humanas as prioridades governamentais.

Para Arruda, é preciso superar a premissa de que o não pagamento da dívida deixaria o Brasil vulnerável a uma hipotética chantagem dos credores internacionais, que não mais aplicariam aqui o capital especulativo. Ora, todo capital estrangeiro que entra no Brasil sai multiplicado e quem multiplica são os trabalhadores daqui.

E citou a experiência recente da Islândia como exemplo a ser se-

Gráfico 1: Evolução do Serviço da Dívida

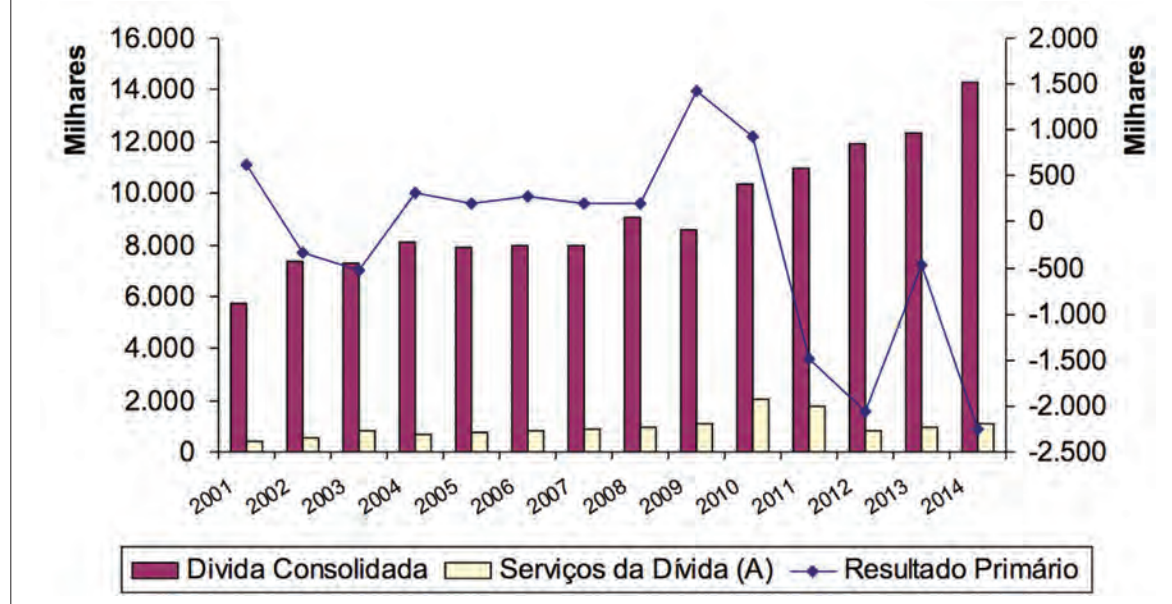


guido. O povo islandês percebeu que o problema está na possibilidade do sistema financeiro criar e distribuir moeda incontrolavelmente, que, repetidamente, cria bolha especulativa e desencadeia a crise. Portanto, a solução para o paradigma da dívida pública passa por uma auditoria que responda: de onde veio a dívida pública? O quanto foi creditado e o quanto já foi pago? Quais são os mecanismos que permitem aumentar o pagamento do serviço da dívida e, contraditoriamente ao bom senso, que o estoque também cresça?

Marcos Arruda expôs a consequência da relação entre o endividamento público e a política tributária regressiva, pois se a maior parte incide sobre os que possuem menos dinheiro, logo, são os mais ricos que menos pagam pela dívida.

No que diz respeito à questão central do debate, Marcos identificou a utilização do índice IGPD como uma das causas do crescimento da dívida dos entes subna-

Gráfico 2: Evolução da Dívida Consolidada e do Resultado Primário



cionais. Mas se posicionou contra o próprio pagamento da dívida sem uma auditoria, com participação da sociedade, das contas públicas nos moldes explicitados do movimento Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidadada-divida.org.br).

Considerações finais

O debate, juntamente com os dados municipais, colocou que a questão da dívida está intimamente relacionada ao próprio sistema financeiro internacional. Este, por sua vez, provoca, sistematicamen-

te, crises econômicas que levam à concentração de renda. Urge, enfim, a criação de um sistema diferente do vigente atualmente no mundo. Ou seja, mais importante que definirmos quem irá pagar a dívida é questionarmos a própria existência da dívida.

Inscrições para IV Gincana Estadual de Economia estão abertas até 5 de agosto

■ O Corecon-RJ convida instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro a inscrever gratuitamente uma dupla de estudantes de graduação em Ciências Econômicas para participar, em 13 de agosto às 10h, na sede do Conselho, da IV Gincana Estadual de Economia.

A inscrição deve ser feita mediante o preenchimento do formulário que está no site do Corecon-RJ (www.economistas.org.br), onde se encontra também o regulamento do concurso. O formulário deve ser enviado até as 18h do dia 5 de agosto para o e-mail saf@corecon-rj.org.br. Cada instituição pode inscrever apenas uma dupla.

A Gincana destina-se a estudantes de graduação sequencial e formação tecnológica presencial, semipresencial e à distância, em Ciências Econômicas, regularmente matriculados em instituições de ensino superior do estado credenciadas pelo MEC. Os participantes de curso à distância serão considerados como alunos inscritos da unidade de Federação de seu domicílio.

Os estudantes vão participar de uma competição que consiste em um jogo com questões sobre política econômica, macroeconomia, economia em geral e mercado financeiro com ênfase na questão cambial.

A dupla vencedora do concurso representará o estado na Gincana Nacional de Economia, que será no período de 10 a 11 de setembro em Curitiba, no Paraná. A competição tem co-



mo objetivo estimular o ensino de Economia.

Na Gincana Estadual de Economia não haverá espaço para torcida. A dupla vencedora receberá um prêmio de R\$2 mil (R\$1 mil para cada estudante), enquanto a segunda colocada fará jus a um prêmio de R\$1 mil (R\$500 por participante).

Todos os documentos e orientações necessários para a preparação das equipes, assim como as instruções de uso do software relacionado à competição, estão disponíveis em <http://www.cofecon.org.br/gincana>.

O Corecon-RJ providenciará transporte, alimentação e hospedagem em hotel próximo ao local da Gincana Nacional de Economia, em Curitiba, para a dupla vencedora da gincana estadual.

Importância do setor de fiscalização do Corecon-RJ

■ A Secretaria de Fiscalização do Corecon-RJ é responsável por zelar pelo cumprimento da legislação regulamentadora da profissão por parte de profissionais e firmas prestadoras de serviços técnicos de economia e finanças. Por lei, sua atuação se dá tanto na órbita pública quanto na órbita privada.

A contratação de serviços na área de economia e finan-

ças executados por pessoa física ou jurídica não habilitada acarreta risco operacional para o contratante, uma vez que o contratado não possui qualificação e conhecimento técnico para realização de serviços desta natureza. É atividade-fim do Conselho exercer a fiscalização do exercício profissional, minimizando esse risco.

A fiscalização tem início

quando há indícios da existência de irregularidades e a motivação pode surgir tanto internamente, pela ação de seus agentes, quanto externamente, após denúncias feitas diretamente ao Conselho, ou pelo site www.corecon-rj.org.br. Nos casos de comprovada irregularidade, a Fiscalização atua a fim de coibir o descumprimento da legislação pertinente.

Agenda de cursos

Perícia 2015 –Turma única
16 de junho a 17 de novembro
Terças – 18h30 a 21h30
Carga horária: 69 horas

Cenários Econômicos e Impactos na Estratégia de Negócios
18 e 25 de junho e 2, 9 e 16 julho
Quintas – 18h30 a 21h30
Carga horária: 15 horas

Avaliação de Negócios e Tomada de Decisão – Modelos em Excel.
3 de agosto a 2 de setembro
Segundas e quartas – 18h30 a 21h30
Carga horária: 30 horas

Administração Financeira e Governança Corporativa
3 de agosto a 14 de setembro
Segundas e quartas – 18h45 a 21h45
Carga horária: 30 horas

Planejamento Econômico Avançado
8 de outubro a 19 de novembro
Quintas – 18h45 a 21h45
Carga horária: 15 horas

Informações: www.corecon-rj.org.br/agendados

Prezado(a) economista,

Um cadastro atualizado é uma importante ferramenta de comunicação entre você e o Conselho. Solicitamos a colaboração no sentido de sempre nos informar as mudanças de, por exemplo, e-mail, endereços residencial e comercial, telefones fixo e celular etc. A atualização pode ser feita por meio dos seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ: www.corecon-rj.org.br, na seção “atualização cadastral”.
 - 2) Telefones: 2103-0113, 2103-0114, 2103-0115, 2103-0116, 2103-0130, 2103-0131.
 - 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; carla@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.
- Secretaria de Registro - Corecon-RJ